GISELLE DE AMARO E FRANÇA

**O PROCESSO JUDICIAL DECISÓRIO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS
DE SAÚDE A PARTIR DA TEORIA DOS SISTEMAS DE NIKLAS
LUHMANN**

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração Direito do Trabalho e da Seguridade Social, sob a orientação do Prof. Doutor Ronaldo Lima dos Santos

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
SÃO PAULO – SP
2015**

RESUMO

O presente trabalho dedica-se ao estudo do controle judicial das políticas de saúde, na perspectiva da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. Por expressa disposição constitucional, o direito fundamental à saúde deve ser implementado através de política pública, a ser editada pelos órgãos competentes e cuja execução produz irritações em diversos sistemas sociais, especialmente os sistemas jurídico, político e econômico. A sociedade contemporânea contém alto grau de litigiosidade e confere competência ao Poder Judiciário para resolver as disputas envolvendo qualquer lesão ou ameaça de lesão a direito. Os Tribunais, integrantes do sistema jurídico, ao ocuparem o espaço que lhes foi constitucionalmente reservado, transformaram o Judiciário em importante arena de debates e efetivação de direitos. O grande desafio consiste em identificar os limites de atuação de cada um dos sistemas sociais envolvidos na temática da política pública de saúde. Antes de tudo, é preciso compreender como o sistema sanitário está estruturado na ordem jurídica brasileira e que objetivos deve por ele serem perseguidos, para então verificar como serão tratadas, por cada sistema, as questões de interesse comum, com os instrumentais fornecidos pela teoria dos sistemas. O foco do estudo é o sistema jurídico, selecionando-se algumas decisões proferidas pelos Tribunais com o intuito de demonstrar como a teoria dos sistemas possibilita a produção de argumentos coerentes e aptos a manter a diferenciação funcional e a unidade do sistema jurídico. Também se pretende demonstrar que a institucionalização do procedimento judicial das políticas públicas pode auxiliar a produção de decisões jurídicas mais consistentes, através da ampla participação das partes envolvidas no processo, de forma a alcançar a justiça interna (consistência do processo decisório) e externa (decisão adequadamente complexa à sociedade).

Palavras-chave: Constituição; Seguridade Social; saúde; políticas públicas; teoria dos sistemas; controle judicial; institucionalização; procedimento.

ABSTRACT

This present article deals with judicial control of health policy from the prospective of Niklas Luhmann's systems theory. By express constitutional provision, the fundamental right to health should be implemented through public policy to be edited by the competent agencies, and whose execution will impact various social systems, especially the legal, political and economic systems. Contemporary society has a high degree of litigation and grants the courts jurisdiction to resolve disputes involving any interference or threat of interference with the law. By occupying the space which was established for them in the constitution, the courts that make up the legal system turned the judiciary into an important arena for debate and enforcing rights. The major challenge is to identify the limits of each of the social systems involved in public health policy. First, it is necessary to understand how the health system is structured in Brazilian law and which goals should be pursued to see how each system will address issues of common interest, using the instruments provided by systems theory. The focus of the study is the legal system; some court judgments will be selected in order to demonstrate how systems theory allows for the production of arguments that are both coherent and able to maintain the functional differentiation and unity of the legal system. The study also intends to show that the institutionalization of judicial procedure in public policies can assist in producing more consistent legal decisions through full participation of the parties involved in the process, in order to achieve internal justice (consistency of decision making) and external justice (a decision that is adequately complex for the society).

Key words: Constitution; Social Security; health; public policies; systems theory; judicial control; institutionalization; procedure.

RESUMÉ

Ce travail aborde le contrôle judiciaire de la politique de santé, sous la perspective de la théorie des systèmes de Niklas Luhmann. D'après une disposition constitutionnelle exprimée, le droit fondamental à la santé doit être appliqué par une politique publique, qui devra être préparée par les organismes compétents, dont l'exécution produit des animosités dans des divers systèmes sociaux, spécialement ceux juridique, politique et économique. La société contemporaine a une forte tendance au litige et donne de la compétence au Pouvoir Judiciaire pour résoudre les disputes touchant toute lésion ou menace de lésion à un droit. Les Tribunaux, partie du système juridique, en occupant l'espace qui leur a été réservé constitutionnellement, ont transformé le Judiciaire en une importante arène de débats et application de droits. Le grand défi consiste à identifier les limites du travail de chacun des systèmes sociaux impliqués dans la thématique politique publique de santé. Avant tout, il faut comprendre comment le système sanitaire est structuré dans l'ordre juridique brésilien et quels objectifs il doit chercher à atteindre, pour que l'on puisse enfin vérifier comment seront traitées, dans chaque système, les questions d'intérêt commun, avec les outils fournis par la théorie des systèmes. Le centre de l'étude c'est le système juridique, étant sélectionnées quelques décisions rendues par les Tribunaux avec le but de démontrer comment la théorie des systèmes rend possible la production d'arguments cohérents et capables de maintenir la différenciation fonctionnelle et l'unité du système juridique. On a aussi l'intention de démontrer que l'institutionnalisation de la procédure judiciaire des politiques publiques peut aider à la production de décisions juridiques plus consistantes, par une large participation des parties impliquées dans la procédure, de manière à atteindre la justice interne (consistance du processus décisoire) et externe (décision adéquatement complexe à la société).

Mots-clés: Constitution; Sécurité Sociale; santé; politiques publiques; théorie des systèmes; contrôle judiciaire; institutionnalisation; procédure.

INTRODUÇÃO

1. Justificativa

De forma cada vez mais crescente, o Poder Judiciário tem sido instado a se manifestar sobre as mais diversas questões, nos âmbitos social, econômico e político. São raras as discussões tidas como relevantes para a sociedade contemporânea que não sejam submetidas ao crivo do Judiciário.

No caso do sistema jurídico brasileiro, determinadas razões concede-lhe notas peculiares. De um lado, o Brasil possui uma Constituição que contempla um extenso rol de direitos e garantias, assegurando o acesso ao Judiciário sempre que se vislumbrar qualquer ameaça ou lesão a direito (CF, artigo 5º, XXXV). De outro lado, o Poder Judiciário tem recepcionado as pretensões que lhe são formuladas, firmando-se como uma importante arena de debate no jogo democrático.

Embora a Constituição de 1988 tenha criado um espaço propício à expansão da atividade judicial, sua efetivação poderia não ter ocorrido pois não se trata de um efeito automático da nova ordem constitucional, mas de uma opção deliberada do Judiciário, com a legitimidade assegurada pelo texto constitucional.

Entre outros motivos, a natureza das novas demandas submetidas ao Judiciário foi uma das causas desse fenômeno. Se antes eram submetidos ao juiz conflitos eminentemente individuais, facilmente resolvidos mediante aplicação da regra vigente ao caso concreto, num jogo de soma zero, a partir da Constituição de 1988 novas disputas emergiram, envolvendo interesses não apenas individuais, com a busca de respostas e soluções não expressamente estabelecidas na legislação em vigor.

O reconhecimento expresso da fundamentabilidade dos direitos sociais pela Constituição de 1988 trouxe à tona a discussão sobre as políticas públicas necessárias à sua implementação e, conseqüentemente, sobre os limites do controle judicial destas políticas.

Um exemplo bastante ilustrativo deste quadro é o direito fundamental à saúde.

Por expressa disposição constitucional, “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (CF, artigo 196).

As ações e serviços de saúde a cargo do poder público constituem um sistema único e devem ser prestados de forma regionalizada e hierarquizada, sem prejuízo das atividades realizadas pela iniciativa privada.

Questões envolvendo a execução das políticas públicas de saúde são correntemente submetidas ao Judiciário, ora para contestar o seu conteúdo (postulando-se, por exemplo, o acréscimo de medicamento ou tratamento na lista), ora simplesmente para reclamar o cumprimento das obrigações estatais já previstas.

Não raro, os órgãos judiciais são provocados a decidir sobre a constitucionalidade de uma omissão, por parte do Legislativo ou do Executivo, que inviabiliza o exercício do direito fundamental expressamente assegurado. E não obstante a competência privativa para deliberar sobre a matéria não pertença ao Judiciário, eles têm o dever de decidir, levando em conta a manifesta violação ao direito fundamental e a proibição do *non liquet*.

Não raro, também, o Judiciário é instado a decidir sobre a destinação dos recursos financeiros em uma política pública ou outra, função precípua do sistema econômico. E também aqui ele não pode se furtar a decidir.

Conciliar os limites da decisão judicial com as esferas de atribuições dos demais sistemas sociais não é tarefa fácil e pressupõe conhecer quais são as funções específicas de cada um deles, os programas que visa alcançar e os meios de que se vale.

As respostas apresentadas pelo órgão judicial, como será exposto no Capítulo 4, nem sempre guardam coerência e uniformidade com os referenciais do sistema jurídico (código binário e programa), causando perplexidades e dificuldades aos operadores do direito.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo o estudo do processo decisório judicial envolvendo as políticas públicas de saúde à luz da teoria sistêmica de Niklas Luhmann, pelo prisma da Constituição Federal de 1988 e do código comunicativo do direito, levando em consideração o dinâmico e permanente contato entre o sistema jurídico e os demais sistemas sociais, na esteia do princípio da separação das funções ou poderes estatais.

Luhmann formulou uma teoria adequada a analisar a sociedade contemporânea, sob uma perspectiva absolutamente inovadora. Visando a romper com a tradição até então existente, que tinha como objeto central o papel do indivíduo, ele descreveu a sociedade como uma rede de comunicações, diferenciada funcionalmente por sistemas sociais de comunicação, operativamente fechados e cognitivamente abertos, como a política, o direito e a economia.

Sistemas sociais estão em permanente contato e exposição. Cada sistema se diferencia dos demais por possuir uma estrutura e elementos próprios e por se autorreproduzir com base em tais recursos. Os sistemas são, assim, autorreferenciais e autopoieticos.

Tudo o que não pertence ao sistema constitui seu ambiente. A complexidade do ambiente é sempre maior do que a ocorrida no interior do sistema. Cada sistema seleciona as irritações existentes no ambiente que lhe interessam e as internaliza, segundo o seu código e seu programa, submetendo-as, a partir daí, aos seus próprios mecanismos.

Uma mesma questão pode interessar concomitantemente ao sistema jurídico, ao sistema político e ao sistema econômico, como as políticas públicas de saúde.

Como a saúde é direito fundamental, amplo é o espaço de discussão jurídica, já que o sistema jurídico confere os parâmetros necessários à validade formal e material dos atos normativos.

Expressivo também é o papel do sistema político, responsável pela tomada da decisão que impulsiona a elaboração e implementação das políticas públicas, tal como determinada pela norma constitucional. Das diretrizes constitucionais decorrem inúmeras possibilidades de formatação de políticas públicas de saúde, cabendo ao órgão político competente escolher as mais adequadas e os meios necessários à sua execução.

O sistema econômico, responsável pelo tratamento da escassez e destinação dos recursos financeiros, tem a tarefa de decidir como e onde serão gastos os recursos orçamentários. As políticas públicas de saúde demandam investimentos para ser concretizadas.

Na teoria sistêmica este entrelaçamento entre os sistemas político, jurídico e econômico é denominado acoplamento estrutural e decorre da Constituição Federal.

A complexidade da sociedade contemporânea apresenta situações que põem à prova os limites operacionais dos sistemas envolvidos numa mesma questão.

Por exemplo, muitas vezes o sistema político, por razões de conveniência e oportunidade, deixa de realizar os atos que lhe são privativos, frustrando as expectativas dos destinatários. Estes, valendo-se dos mecanismos disponibilizados pelo sistema jurídico, podem buscar tais respostas do Poder Judiciário, que está obrigado a decidir sobre a questão posta em juízo, não obstante ela tenha origem e desenvolvimento iniciais em outro sistema.

O simples fato de o sistema jurídico ser demandado e ter o dever de se manifestar não significa, em todos os casos, que ele - sistema jurídico - é o foro adequado para

proferir a decisão de mérito. Muitas vezes, a única resposta possível a ser emitida pelo sistema jurídico é de que ele não tem competência para apreciar a questão. Dá-se um fim ao processo, é certo – e quanto a isso é incontroversa a capacidade do sistema jurídico, mas sem qualquer pronunciamento sobre o mérito da demanda. A bem da verdade, o que se procura em muitas situações é apenas tornar público o debate.

A teoria dos sistemas de Luhmann, ao estabelecer quais são as ferramentas operacionais de cada um dos sistemas sociais, possibilita identificar quais são as respostas possíveis que cada um deles pode oferecer, sem a corrupção do seu respectivo código comunicativo. Isto lhe garante o fechamento operacional mas não significa seu completo distanciamento do ambiente, já que os sistemas são cognitivamente abertos, ou seja, estão em permanente contato com o ambiente que os circunda.

Permite também responder, entre outras questões, se o processo decisório judicial em demandas que envolvam políticas públicas na área de saúde constitui uma nova atividade jurisdicional ou continua envolto no código comunicativo do direito.

Autoriza-nos a discutir, por fim, se a legislação vigente tem possibilitado as respostas às demandas sobre as políticas públicas de saúde, de forma a manter a diferenciação funcional do sistema jurídico.

2. Delimitação do tema

Para cumprir a empreitada, no Capítulo 1 serão apresentados os principais conceitos elaborados por Niklas Luhmann na teoria dos sistemas, adequados à proposta deste trabalho.

Considerando a complexidade e vastidão de sua obra, serão aqui desenvolvidas as formulações necessárias à análise do controle judicial de políticas públicas, tomando o cuidado de não descontextualizá-las e dar-lhes sentido diverso ao disposto na teoria.

O Capítulo 2 irá abordar as principais características do Poder Judiciário na sociedade contemporânea, na qualidade de observador de segunda ordem do sistema jurídico, demonstrando as transformações por que passou até que a diferenciação funcional se impusesse como traço principal da sociedade.

Também serão estudados o significado do acesso à justiça e os principais instrumentos processuais disponibilizados para as discussões envolvendo as políticas públicas.

Na parte final serão desenvolvidas algumas notas sobre o ativismo e a autocontenção judicial, com enfoque na participação do órgão judicial nos processos envolvendo políticas públicas.

No Capítulo 3, analisar-se-á o conteúdo do direito fundamental à saúde e a estrutura do sistema sanitário brasileiro, com base nas diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal. O propósito é compreender como deve funcionar o sistema sanitário para que no Capítulo 4 se verifique como os sistemas sanitário, jurídico, político e econômico, acoplados estruturalmente, se inter-relacionam na prática.

O último capítulo cuidará da interpretação judicial da política pública de saúde, demonstrando, num primeiro momento, como princípios e regras são utilizados na tarefa de argumentação, à luz da teoria dos sistemas, e buscando demonstrar num segundo momento, através da análise de casos práticos envolvendo os sistemas sanitário, político, jurídico e econômico, a necessidade de institucionalizar o procedimento judicial de políticas públicas, como uma resposta racionalizadora do sistema jurídico nas demandas que versam sobre políticas públicas de saúde.

3. Métodos e técnicas de pesquisa

A complexidade da temática analisada requer, para que as metas apresentadas sejam devidamente atingidas, o recurso a diversos métodos, dentre os quais são relevantes o indutivo, o dedutivo, o descritivo e o sistemático.

Como métodos de procedimento, serão utilizados a dogmática jurídica, o direito comparado e o método histórico, necessário para a compreensão do iter percorrido para a implementação dos direitos sociais, por meio de políticas públicas, e seu controle pelo Poder Judiciário.

Em razão do caráter multidisciplinar do tema, sempre que necessário serão feitas incursões em outras ciências inseridas na discussão, como a Sociologia, a Política e a Economia.

No referente às técnicas de pesquisa, serão utilizadas fontes primárias (normas internacionais, legislação nacional e estrangeira) e fontes secundárias (pesquisa bibliográfica envolvendo tratados, manuais, artigos de periódicos, pesquisa histórica, consulta a bancos de dados e acervos de organizações governamentais e privadas, etc.).

CONCLUSÃO

A sociedade contemporânea é funcionalmente diferenciada e apresenta um alto grau de litigiosidade. Entrega a solução de grande parte dos seus conflitos ao Poder Judiciário. E muitos destes conflitos, por sua vez, envolvem interesses não apenas individuais, que não se resolvem num jogo de soma zero, mas demandam respostas mais criativas do órgão judicial, não expressamente estabelecidas na legislação em vigor.

Nesta categoria incluem-se as demandas envolvendo a política pública de saúde.

A saúde é direito fundamental social, que deve ser implementado por meio de política pública, por força do artigo 196 da Constituição Federal. A concretização do direito a saúde envolve, no mínimo, quatro sistemas sociais: sanitário, jurídico, político e econômico.

Tais constatações levaram-nos a buscar na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann algumas respostas.

Para Luhmann, a sociedade é um amplo sistema social, composto por vários sistemas, que operam simultaneamente, sem relação de subordinação e coordenação. Trata-se de uma sociedade sem centro nem vértice, diferenciada funcionalmente. Os sistemas são autorreferenciais e autopoieticos, construindo, internamente, as fronteiras que permitem delimitá-lo, identificá-lo e diferenciá-lo do ambiente. Utilizam a comunicação como meio para a reprodução autopoietica. A comunicação é, portanto, a base de funcionamento dos sistemas sociais.

Luhmann desenvolveu inúmeros conceitos que permitem compreender o funcionamento dos sistemas sociais, não sendo possível, pelo gigantismo de sua obra, apresentá-los todos, razão pela qual foram desenvolvidos no presente trabalho aqueles que guardam estrita relação com o tema desenvolvido, especialmente: sistema e ambiente; diferenciação funcional; autopoiese, auto-organização e autorreferência; complexidade, seletividade e contingência; evolução, redundância e variação; programas e códigos; observação, auto-observação e observação de segunda ordem; organizações; acoplamento estrutural; legitimidade e procedimento.

Tais conceitos auxiliam a compreender o funcionamento da sociedade contemporânea, também denominada pós-moderna. É uma sociedade diferenciada funcionalmente e que transfere ao sistema jurídico a responsabilidade pela resolução de grande parte de seus conflitos, como já afirmado.

Especificamente em relação ao ordenamento jurídico brasileiro, demonstramos que os textos constitucionais, de 1824 a 1988, foram ampliando e consolidando o espaço de atuação do Poder Judiciário.

Ao lado de um conjunto normativo que assegura o acesso à justiça e disponibiliza aos interessados inúmeros remédios processuais, inclusive para os casos de omissão dos demais poderes (Legislativo e Executivo), acompanhamos a ocupação, pelo Judiciário, do espaço que lhe foi constitucionalmente atribuído, fato possibilitado pela ordem constitucional, mas que poderia não ocorrer.

Uma breve análise dos recentes casos julgados pelos tribunais superiores (Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça) autoriza-nos concluir que o órgão judicial, quando instado a se pronunciar nas hipóteses de omissão (em regra, em sede de mandado de injunção), ora avança, ora retrocede em relação à jurisprudência anterior. Em outros termos: ora é “acusado” de praticar o ativismo judicial, ora é “acusado” de praticar a autocontenção.

Ativismo e autocontenção, como procuramos demonstrar, são características da atuação judicial e não são, necessariamente, positivas ou negativas, como ordinariamente passaram a ser classificadas. São posturas que o órgão julgador pode adotar no caso concreto e ambas são compatíveis com a teoria sistêmica.

A discussão ganha relevo quando se trata da interpretação, realizada pelo sistema jurídico, de políticas públicas editadas pelo sistema político, fenômeno que passou a ser conhecido como “controle judicial de políticas públicas”.

O ponto nevrálgico é saber quais são os limites de atuação de cada sistema social.

Para a compreensão da interpretação judicial da política pública de saúde, apresentamos, no Capítulo 3, um panorama geral do sistema sanitário brasileiro, e no Capítulo 4, os mecanismos utilizados pelo sistema jurídico na atividade interpretativa, com enfoque na argumentação fundamentada em princípios e regras.

Foram apresentadas algumas decisões judiciais, cuidadosamente selecionadas, com o objetivo de demonstrar como ocorrem, na prática, os entrelaçamentos entre os diversos sistemas sociais, sendo possível identificar quais são – ou deveriam ser – as respostas oferecidas pelo sistema jurídico que preservam o seu código e programa, mantendo o fechamento operacional, de um lado, mas que também são adequadamente complexas à sociedade, de outro lado.

Constata-se, da análise de casos, que a inexistência de regras específicas disciplinando o procedimento judicial das políticas públicas traz insegurança aos

operadores do sistema jurídico (e também dos demais sistemas), na medida em que atualmente, a cada nova ação, um novo juiz e um novo procedimento, não havendo uma padronização mínima a ser seguida, dando ensejo à invocação de princípios abstratos como solução mágica dos conflitos.

Existem no sistema jurídico normas e instituições que têm a função de controlar as contingências, conferindo às expectativas o consenso de terceiros.

Para Luhmann, as instituições são os mecanismos sociais que permitem imputar a terceiros um consenso suposto que garante o sucesso provável de uma expectativa normativa contra as demais. Constituem um complexo fático de expectativas de comportamento que tem por base um consenso.

Procedimentos, por sua vez, são sistemas de ação que ensinam os destinatários a aceitar uma decisão que vai ocorrer, antes da sua ocorrência concreta, fornecendo algumas premissas de decisão. É formado por uma conexão de ações, tomadas com base na seletividade das informações, tanto daquelas escolhidas como daquelas eliminadas, que se mantêm no horizonte, como possibilidades futuras.

O procedimento jurídico possibilita a redução da complexidade existente no ambiente e a convivência com riscos e inseguranças.

Como não é possível antever o conteúdo da decisão judicial, dada à complexidade e contingência, ao menos é possível garantir a observância de regras procedimentais pré-estabelecidas.

A institucionalização do procedimento assegura, desta forma, que independentemente do conteúdo da decisão, ela terá sua legitimidade reconhecida e as partes envolvidas colaborarão, com seus melhores argumentos, para que o resultado seja o mais favorável possível. Possibilita, assim, que sejam produzidos argumentos de melhor qualidade.

Isso não significa que qualquer conteúdo seja possível, vez que o fechamento operacional do sistema jurídico impõe que apenas soluções internas a ele – sistema jurídico – sejam proferidas, respeitando portanto o seu código, programa e função.

Não é pouco.

A bem da verdade, considerando a complexidade e contingência da sociedade contemporânea, mais do que isso não é possível assegurar, já que o risco é inerente a todas operações realizadas pelos sistemas sociais e o futuro é incerto.

A teoria sistêmica de Luhmann fornece importantes parâmetros ao estudo da sociedade contemporânea, com seus diversos sistemas sociais, que o tempo todo são

colocados em situação de atrito (como no jogo de bilhar), mas nem por isso se misturam e perdem suas características específicas. O contato com as irritações existentes no ambiente promove à abertura cognitiva do sistema, mas a autopoiese assegura o fechamento operacional.

A inovação da tese consiste na aplicação da teoria ao estudo do processo judicial decisório envolvendo as políticas públicas de saúde, com o objetivo de conferir-lhe um fundamento teórico sólido e compatível com a dinâmica da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVICH, Victor; COURTIS, Christian. **El umbral de la ciudadanía: el significado de los derechos sociales em el Estado social constitucional**. 1ª edição. Buenos Aires: Del Puerto, 2006.
- _____. **Direitos sociais são exigíveis**. Porto Alegre: Editora Dom Quixote, 2011.
- ACIOLE, Giovanni Gurgel. **A saúde no Brasil: cartografias do público e do privado**. São Paulo: Hucitec; Campinas, SP: Sindicato dos Médicos de Campinas e Região, 2006.
- AITH, Fernando. Políticas públicas de Estado e de governo: instrumentos de consolidação do Estado de Direito e de promoção dos direitos humanos. *In*: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 217-245.
- _____. **Curso de direito sanitário: a proteção do direito à saúde no Brasil**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.
- _____. Perspectivas do direito sanitário no Brasil: as garantias jurídicas do direito à saúde e os desafios para sua efetivação. *In*: SANTOS, Lenir (organizadora). **Direito da saúde no Brasil**. Campinas: Saberes Editora, 2010, p. 183-238.
- ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Malheiros, 2008.
- ALVES, Wania Campoli; BETTING JÚNIOR, Sílvio Germano. Mandado de Injunção. *In*: NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano (coordenador). **Proteção Judicial dos Direitos Fundamentais**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2007, p. 191-202.
- AMADO, Juan Antonio García. A Sociedade e o Direito na obra de Niklas Luhmann. *In*: ARNAUD, André-Jean; LOPES JÚNIOR, Dalmir (organizadores). **Niklas Luhmann: do sistema social à sociologia jurídica**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004, p. 301-344.
- AMARAL, Gustavo. **Direito, Escassez & Escolha: critérios jurídicos para lidar com a escassez de recursos e as decisões trágicas**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.
- AMARAL, Gustavo; MELO, Danielle. Há direitos acima dos orçamentos? *In*: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti. **Direitos fundamentais: orçamento e reserva do possível**. 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, p. 79-100.
- ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

ARANTES, Rogério Bastos. **Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos**. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, nº 39, fevereiro de 1999, p. 83-102.

ARANTES, Rogério Bastos; KERCHÉ, Fábio. **Judiciário e Democracia no Brasil**. São Paulo, Novos Estudos, nº 54, julho de 1999, p. 27-41.

ARNAUD, André-Jean. Prefácio. In: ARNAUD, André-Jean; LOPES JÚNIOR, Dalmir (organizadores). **Niklas Luhmann: do sistema social à sociologia jurídica**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004, p. vii-xi.

AUGUSTO, Maria Helena Oliva; COSTA, Olavo Viana. **Entre o público e o privado: a saúde hoje no Brasil**. São Paulo: Tempo Social – Revista de Sociologia USP, nº 11, volume 2, p. 199-217, outubro 1999.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 4ª edição, 3ª tiragem. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Crítica à dogmática e hermenêutica jurídica**. Porto Alegre: Fabris, 1989.

BACHUR, João Paulo. **Às portas do labirinto: para uma recepção crítica da teoria dos sistemas de Niklas Luhmann**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2010.

BALEEIRO, Aliomar. **O Supremo Tribunal Federal, esse outro desconhecido**. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

BARATA, Luiz Roberto Barradas; MENDES, José Dínio Vaz, Uma proposta de política de assistência farmacêutica para o SUS. In: SANTOS, Jose Sebastiao dos; BLIACHERIENE, Ana Carla. **Direito à vida e à saúde: impactos orçamentário e judicial**. São Paulo: Atlas, 2010, p. 60-78.

BARBOSA, Mariana Gracioso. O STF e a Políticas de Fornecimento de medicamentos para Tratamento da AIDS/HIV. In: COUTINHO, Diogo R.; VOJVODIC, Adriana M. **Jurisprudência Constitucional: como decide o STF?** São Paulo: Malheiros Editores, 2009, p. 335-350.

BARBOSA, Rui. **Comentários à Constituição Federal Brasileira**. Coligidos e ordenados por Homero Pires, volume 4. São Paulo: Saraiva, 1933, p. 221-222.

BARCELLOS, Ana Paula de. Constitucionalização das políticas públicas em matéria de direitos fundamentais: o controle político-social e o controle jurídico no espaço democrático. In: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti. **Direitos fundamentais: orçamento e reserva do possível**. 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013, p.101-132.

- _____. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: O princípio da dignidade da pessoa humana**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- BARROS, José Augusto Cabral de. **Políticas farmacêuticas: a serviço dos interesses de saúde?** Brasília: UNESCO, 2004.
- BARROS, Marcus Aurélio de Freitas. **Controle jurisdicional de políticas públicas: parâmetros objetivos e tutela coletiva**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.
- BARROSO, Luís Roberto. **Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial**. <http://www.migalhas.com.br/dePeso, janeiro/2008> (acesso em 06/10/2014).
- _____. **Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática**. Rio de Janeiro: Revista da EMARF, Cadernos Temáticos, “Justiça Constitucional no Brasil: Política e Direito”, dezembro de 2010, p. 389-406.
- _____. **O controle de constitucionalidade no Direito Brasileiro**. 3ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.
- _____. **O novo direito constitucional brasileiro: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e intérpretes: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Poderes instrutórios do juiz**. 3ª edição, revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- BERCOVICI, Gilberto. Planejamento e políticas públicas: por uma nova compreensão do papel do Estado. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 143-161.
- BITTAR, Eduardo C. B.. **O direito na pós-modernidade (e reflexões frankfurtianas)**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.
- BITTENCOURT, Fernando Moutinho Ramalho; GRAÇA, Luis Otavio Barroso da. Decisões judiciais e orçamento público no Brasil: aproximação empírica a uma relação emergente. In: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti. **Direitos fundamentais: orçamento e reserva do possível**. 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013, p.193-236.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **Estado, Governo, Sociedade – Para uma teoria geral da política.** 14ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. **O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito.** São Paulo: Ícone, 2006.

_____. **Teoria do ordenamento jurídico.** 10ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999 (reimpressão 2006).

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado liberal ao Estado social.** 6ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

BRAGA, José Carlos de Souza; PAULA, Sergio Goes de. **Saúde e previdência: estudos de política social.** São Paulo: Cebes-Hucitec, 1981.

BRASIL JR, Samuel Meira e CASTELLO, Juliana Justo Botelho. O cumprimento coercitivo das decisões judiciais no tocante às políticas públicas. *In*: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (coordenadores). **O controle jurisdicional das políticas públicas.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011, p. 467-488.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. Notas para uma metodologia jurídica de análise de políticas públicas. *In*: FORTINI, Cristiana; ESTEVES, Júlio César dos Santos; DIAS, Maria Tereza Fonseca (orgs.). **Políticas públicas: possibilidades e limites.** Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008, p. 225-260.

_____. O conceito de política pública em direito. *In*: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico.** São Paulo: Saraiva, 2006, p. 1-49.

_____. **O princípio da razoabilidade em apoio à legalidade.** São Paulo: Revista dos Tribunais – Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política – ano 4, nº 16, julho-setembro de 1996, p. 173-177.

CAMPBELL, David. **Luhmann without tears: complex economic regulation and the erosion of the market sphere.** Oxford: Legal Studies, vol. 33, ° 1, march 2013, p. 162-186.

CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Interpretação do Direito e Movimentos Sociais.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

- _____. Magistratura, sistema jurídico e sistema político. *In*: FARIA, José Eduardo (organizador). **Direito e justiça: a função social do Judiciário**. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 111-120.
- _____. **O direito na sociedade complexa**. 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2011b.
- _____. Os desafios do Judiciário: um enquadramento teórico. *In*: FARIA, José Eduardo (organizador). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. 1ª edição, 5ª tiragem. São Paulo: Malheiros Editores, 2010, p. 30-51.
- _____. **Política, sistema jurídico e decisão judicial**. 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2011a.
- CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do Direito**. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- CANELA JUNIOR, OSVALDO. **Controle judicial de políticas públicas**. São Paulo: Saraiva. 2011.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7ª edição, 4ª reimpressão. Coimbra: Almedina, 2003.
- _____. **Constituição Dirigente e Vinculação do Legislador**. Coimbra: Coimbra Editora, 1982.
- _____. “Metodologia Fuzzy” e “Camaleões Normativos” na problemática atual dos direitos econômicos, sociais e culturais. *In*: CANOTILHO, J. J. Gomes. **Estudos sobre direitos fundamentais**. 2ª edição. Coimbra: Coimbra, 2008, p. 97-113.
- CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. *In*: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p. 87-122.
- CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1998 – reimpressão 2002.
- _____. **Juízes legisladores?** Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1993 - reimpressão 1999.
- _____. **O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado**. 2ª edição. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1992 – reimpressão 1999.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida - Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 10ª reimpressão. São Paulo: Editora Cultrix, 2006.
- CARDOSO, Oscar Valente. **Concessão de medicamentos e divisão das responsabilidades dos órgãos do SUS**. Brasília, Revista do Tribunal Regional Federal Primeira Região, vol. 21/11, Brasília, nov./2009, p.57-58.

_____. **Questões controversas sobre a determinação judicial de fornecimento de medicamentos excepcionais pelo Poder Público.** Revista Centro de Estudos Judiciários, vol. 45. Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, Brasília: abr./jun./2009, p.46-55.

CHAYES, Abram. **The role of the judge in public law litigation.** Harvard Law Review, vol. 89, nº 7, 1976, p. 1281-1316.

CLAM, Jean. Monetização, generalização da cobiça e paradoxo do direito. *In*: ARNAUD, André-Jean; LOPES JÚNIOR, Dalmir (organizadores). **Niklas Luhmann: do sistema social à sociologia jurídica.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004, p. 219-251.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. **Atividade legislativa do poder Executivo no Estado contemporâneo e na Constituição de 1988.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

_____. **O Direito e os Direitos: Elementos para uma crítica do Direito Contemporâneo.** 2ª edição. São Paulo: Max Limonad, 2001.

COELHO, Inocêncio Mártires. **Interpretação Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2007.

COELHO, Vera Schattan; FANTI, Fabíola; FERRAZ, Alexandre; RIBEIRO, Meire. **Mobilização e participação: um jogo de soma zero?** Novos Estudos 86, março de 2010, p. 121-139.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** 4ª edição. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas.** São Paulo, Revista dos Tribunais, ano 86, volume 737, março de 1997, p. 11-22.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; CRUZ, Renato Negretti. **Teoria dos sistemas de Niklas Luhmann e os desafios para a efetivação do direito à saúde em matéria de medicamentos.** RECHS – Revista Eletrônica de Comunicação Informação & Inovação em Saúde. Rio de Janeiro, volume 1, nº 2, p. 262-272, julho-dezembro, 2007.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; MAIOR, Jorge Luiz Souto. O que é Direito Social? *In*: CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (org.). **Curso de Direito do Trabalho: teoria geral do Direito do Trabalho.** São Paulo: LTr, 2007. v. 1, p. 13-40.

CORSI, Giancarlo. **Sociologia da Constituição.** Tradução de Juliana Neuenschwander Magalhães. Dourados: Revista jurídica UNIGRAN, volume 4, nº 8, julho-dezembro, 2002.

CORSI, Giancarlo; ESPOSITO, Elena; BARALDI, Claudio. **Glosario sobre la teoria social de Niklas Luhmann.** Guadalajara, México: Universidad Iberoamericana, 1996.

COSTA, Ediná Alves; ROZENFELD, Suely. Constituição da vigilância sanitária no Brasil. *In: ROZENFELD, Suely (Org.). Fundamentos da vigilância sanitária*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 15-40.

COSTA, Emília Viotti da. **O Supremo Tribunal Federal e a construção da cidadania**. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

COUTO, Cláudio Gonçalves. Política constitucional, política competitiva e políticas públicas. *In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 97-130.

CRUZ, Renato Negretti. **Confiança e solidariedade: a função sistêmica do direito e dos meios de comunicação de massa na (des)construção das políticas de seguridade social no Brasil**. Tese de doutorado - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011.

_____. **A teoria dos sistemas e a força normativa constitucional do sistema jurídico sanitário**. Dissertação de mestrado - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O Poder dos Juízes**. 3ª edição, revista. 2ª tiragem. São Paulo: Saraiva, 2008.

DALLARI, Sueli Gandolfi. **Os Estados brasileiros e o direito à saúde**. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia “Hucitec”, 1995.

_____. Políticas de Estado e políticas de governo: o caso da saúde pública. *In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). Políticas Públicas: reflexões sobre o conceito jurídico*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006, p. 247-266.

DALLARI, Sueli Gandolfi; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Direito Sanitário**. São Paulo: Editora Verbatim, 2010.

DEVERS, Gilles. **Droit Infirmier**. Paris: ESKA, 1996.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do processo**. 13ª edição, revista e atualizada. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **Uma questão de princípio**. 2 edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ENTERRÍA, Eduardo García de. **As transformações da justiça administrativa: da sindicabilidade restrita à plenitude jurisdicional. Uma mudança de paradigma?** Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

- ESCOREL, Sarah e MOREIRA, Marcelo Rasga. Desafios da participação social em saúde na nova agenda de reforma sanitária: democracia deliberativa e efetividade. *In*: FLEURY, Sonia e LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. **Participação, Democracia e Saúde**. Rio de Janeiro: CEBES, 2009, p. 229-247.
- ESCOREL, Sarah; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; EDLER, Flávio Coelho. As origens da Reforma Sanitária e do SUS. *In*: LIMA, Nísia Trindade; GERCHMAN, Sílvia; EDLER, Flávio Coelho (Org.). **Saúde e democracia: histórias e perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 59-81.
- FARIA, José Eduardo. Judiciário e desenvolvimento sócio-econômico. *In*: FARIA, José Eduardo (organizador). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. 1ª edição, 5ª tiragem. São Paulo: Malheiros Editores, 2010, p. 11-29.
- _____. **Justiça e conflito: os juízes em face dos novos movimentos sociais**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1991.
- _____. O modelo liberal de direito e Estado. *In*: FARIA, José Eduardo (organizador). **Direito e justiça: a função social do Judiciário**. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 17-35.
- _____. Ordem legal X Mudança social: a crise do Judiciário e a formação do magistrado. *In*: FARIA, José Eduardo (organizador). **Direito e justiça: a função social do Judiciário**. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 95-110.
- _____. Prefácio. *In*: CAMPILONGO, Celso Fernandes. **Interpretação do Direito e Movimentos Sociais**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2012.
- FARIA, José Eduardo; LOPES, José Reinaldo de Lima. Pela democratização do Judiciário. *In*: FARIA, José Eduardo (organizador). **Direito e justiça: a função social do Judiciário**. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 159-166.
- FERRAZ JÚNIOR, TÉRCIO SAMPAIO. Apresentação. *In*: LUHMANN, Niklas. **Legitimação pelo procedimento**. Brasília: Unb, 1980, p 1-5.
- _____. **Função social da dogmática jurídica**. São Paulo: Max Limonad, 1998.
- _____. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. 6ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2010.
- FERREIRA, C. D.; MACHADO, A. M. F.; CARDOSO, Evorah Lusci Costa; FERRAO, B.; FRANCO, L.; BRAGA, Marco Aurelio; GUERRA, M.; PUCCI, R. O Judiciário e as Políticas Públicas de Saúde no Brasil: o caso AIDS. *In*: CARDOSO, Evorah Lusci C; FERRÃO, Brisa L de M; FRANCO, Leandro A; Vinícius C; NAHOUM, André Vereta; BRAGA, Marco Aurélio C; OLIVEIRA, Ana Carolina C de; GUERRA, Marcele G; PUCCI, Rafael D (Org.). **Prêmio IPEA 40 Anos - IPEA-CAIXA 2004: monografias**

premiadas. 1ª edição. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005, p. 387-431.

FIGUEIREDO, Mariana Filchtiner. **Direito fundamental à saúde: parâmetros para sua eficácia e efetividade.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

FLEISCHACKER, Samuel. **Uma breve história da justiça distributiva.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. A crise atual da Medicina. **Texto de Apoio PESESPEPPE.** Rio de Janeiro: Escola de Saúde Pública, 1974.

FRANÇA, Giselle de Amaro e. **O Poder Judiciário e as políticas públicas previdenciárias.** São Paulo: LTr, 2011.

FRISCHEISEN, Luiza Cristina Fonseca. **Políticas públicas: a responsabilidade do administrador e o Ministério Público.** São Paulo: Max Limonad, 2000.

FREITAS, Juarez. **A interpretação sistemática do Direito.** 5ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

FULLER, Lon L. **The forms and limits of adjudication.** Harvard Law Review, nº 92, 1978-1979, p. 353-409.

GABBAY, Daniela Monteiro; CUNHA, Luciana Gross (coordenadoras). **O Desenho de Sistemas de Resolução Alternativa de Disputas para Conflitos de Interesse Público.** Brasília, Ministério da Justiça, Série Pensando o Direito nº 38/2011 – versão publicação.

GALDINO, Flávio. **Introdução à Teoria dos Custos dos Direitos – Direitos Não Nascem em Árvores.** Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris, 2005.

GARAPON, Antoine. **O juiz e a democracia.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Editoria UNESP, 1991.

GLENDON, Mary Ann. **Rights talk: the impoverishment of political discourse.** New York: The Free Press, 1991.

GLOBEKNER, Osmir Antônio. **A tutela jurisdicional dos direitos fundamentais sociais através do instrumento das ações individuais.** Revista de Processo, ano 34, n. 170, abr/2009, p. 123-139.

GONÇALVES, Guilherme Leite. **Direito entre certeza e incerteza: horizontes críticos para a teoria dos sistemas.** São Paulo: Saraiva, 2013.

GONÇALVES, Guilherme Leite; VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. **Teoria dos sistemas sociais: direito e sociedade na obra de Niklas Luhmann.** São Paulo: Saraiva, 2013.

- GRAU, Eros Roberto. **Por que tenho medo dos juízes (a interpretação/aplicação do direito e os princípios)**. 6ª edição refundida do Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação do direito. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. O controle jurisdicional de políticas públicas. *In*: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (coordenadores). **O controle jurisdicional das políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2011, p. 125-150.
- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 18ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- HESPANHA, António Manuel. **Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio**. 3ª edição. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2003.
- HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass R. **The Cost of Rights – why liberty depends on taxes**. New York: W.W. Norton & Company, 1999.
- KINGDON, John W. **Agendas, alternatives, and public policies**. 2ª edição. New York: Longman, 1995.
- KOMESAR, Neil K. **Imperfect Alternatives: choosing institutions in law, economics and public policy**. Chicago & London: University of Chicago Press, 1994.
- _____. **Law's limits: the rule of law and the supply and demand of rights**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- KRELL, Andreas J. **Direitos sociais e controle judicial no Brasil e na Alemanha: os (des)caminhos de um direito constitucional 'comparado'**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2002.
- LABRA, Maria Eliana. Política Nacional de Participação na Saúde: entre a utopia democrática do controle social e a prática predatória do clientelismo empresarial. *In*: FLEURY, Sonia e LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. **Participação, Democracia e Saúde**. Rio de Janeiro: CEBES, 2009, p. 176-203.
- LARENZ, Karl. **Metodologia da ciência do Direito**. 5ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- LASSALLE, Ferdinand. **O que é uma Constituição?** Porto Alegre: Editorial Villa Martha, 1980.
- LEAL, Rogério Gesta. **Condições e possibilidades eficaciais dos direitos fundamentais sociais: os desafios do Poder Judiciário no Brasil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2009.

LEAL, Rogério Gesta; LEAL, Mônica Clarissa Hennig. **Ativismo judicial e déficits democráticos: algumas experiências latino-americanas e européias**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

LEAL, Saul Tourinho. **Ativismo ou Altivez? O outro lado do Supremo Tribunal Federal**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010.

LIMA, Fernando Rister de Sousa. **Constituição Federal: Acoplamento Estrutural entre os Sistemas Político e Jurídico**. *Direito Público*, ano VII, nº 32, março-abril 2010, pg. 7-22.

LIMA, Ricardo Seibel de Freitas. Direito à saúde e critérios de aplicação. *In*: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti. **Direitos fundamentais: orçamento e reserva do possível**. 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013, p. 237-254.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 14ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, Cristina M. O.; HOCHMAN, Gilberto. A saúde na construção do Estado Nacional no Brasil: Reforma Sanitária em perspectiva histórica. *In*: LIMA, Nísia Trindade; GERCHMAN, Silvia; EDLER, Flavio Coelho (org). **Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005, p. 27-58.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Apresentação. *In*: FLEURY, Sonia e LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. **Participação, Democracia e Saúde**. Rio de Janeiro: CEBES, 2009, p. 7-12.

LOPES, José Reinaldo de Lima. A função política do poder Judiciário. *In*: FARIA, José Eduardo (organizador). **Direito e justiça: a função social do Judiciário**. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 123-144.

_____. Crise da norma jurídica e a reforma do Judiciário. *In*: FARIA, José Eduardo (organizador). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. 1ª edição, 5ª tiragem. São Paulo: Malheiros Editores, 2010, p. 68-93.

_____. Direito subjetivo e direitos sociais: o dilema do Judiciário no Estado Social de Direito. *In*: FARIA, José Eduardo (coord.). **Direitos humanos, direitos sociais e justiça**. 1ª edição, 5ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. **Direitos sociais – teoria e prática**. São Paulo: Método, 2006.

_____. Em torno da “reserva do possível”. *In*: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (organizadores). **Direitos fundamentais, orçamento e “reserva do possível”**. 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013, p. 155-173.

LOPES JÚNIOR, Dalmir. Introdução. *In*: ARNAUD, André-Jean; LOPES JÚNIOR, Dalmir (organizadores). **Niklas Luhmann: do sistema social à sociologia jurídica**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004, p. 1-30.

LOSANO, Mario G. **Sistema e estrutura no direito – volume 3 – do século XX à pós-modernidade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

LUHMANN, Niklas. **A constituição como aquisição evolutiva**. <http://pt.scribd.com/doc/37937019/A-constituicao-como-aquisicao-evolutiva>. Acesso em 11/04/2014.

_____. **A posição dos tribunais no sistema jurídico**. Revista da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, nº 49, p. 149-168, julho 1990a.

_____. A restituição do décimo segundo camelo: do sentido de uma análise sociológica do direito. *In*: ARNAUD, André-Jean; LOPES JÚNIOR, Dalmir (organizadores). **Niklas Luhmann: do sistema social à sociologia jurídica**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004, p. 33-107.

_____. **Introdução à Teoria dos Sistemas**. Tradução Ana Cristina Arantes Nasser. 3ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

_____. **La economía de la sociedad como sistema autopoiético**. Revista Mad, Universidad de Chile, nº 29, septiembre, 2013, p. 1-25.

_____. **La sociedad de la sociedad**. Tradução de Javier Torres Nafarrate. México: Herder, 2007.

_____. **Law as social system**. Northeastern University Law Review, v. 83, nº 1-2, p. 136-150, 1989.

_____. **Law as a social system**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

_____. **Legitimação pelo procedimento**. Brasília: Unb, 1980.

_____. **Los derechos fundamentales como institución: aportación a la sociología política**. México: Universidad Iberoamericana, 2010.

_____. **O paradoxo dos direitos humanos e três formas de seu desdobramento**. Fortaleza: Themis, volume 3, nº 1, p. 153-161, 2000.

_____. **Observaciones de la Modernidad**. Barcelona: Paidós, 1997.

_____. **Sistemas Sociales: lineamentos para una teoría general**. Tradução Silvia Pappe y Brunhilde Erker; coord. Javier Torres Nafarrate. Rubí (Barcelona): Anthropos; México: Universidad Iberoamericana; Santafé de Bogotá: CEJA, Pontificia Universidad Javeriana, 1998a.

_____. **Social Systems**. Stanford, California: Stanford University Press, 1995.

_____. **Sociedad Y sistema: la ambición de la teoría.** Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1990b.

_____. **Sociologia del Riesgo.** México: Triana Editores, 1998b.

_____. **Sociologia do Direito I.** Tradução Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

_____. **Sociologia do Direito II.** Tradução Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1985.

_____. **Teoría política en el Estado de Bienestar.** Tradução Fernando Vallespín. 4ª reimpressão. Madrid: Alianza Editorial, 2007.

LUHMANN, Niklas & DE GEORGI, L. **Teoría de la sociedad.** Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1996.

LUPION, Ricardo. O direito fundamental à saúde e o princípio da impessoalidade. *In*: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti. **Direitos fundamentais: orçamento e reserva do possível.** 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013, p. 311-324.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. A ação civil pública como instrumento de controle judicial das chamadas políticas públicas. *In*: MILARÉ, Édís (coord.). **Ação civil pública: Lei 7.347/1985 – 15 anos,** 2ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 753-798.

_____. **A resolução dos conflitos e a função judicial no contemporâneo Estado de Direito.** 2ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

_____. **Jurisdição coletiva e coisa julgada: teoria geral das ações coletivas,** 2ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

MARANHÃO, Clayton. **Tutela jurisdicional do direito à saúde (arts. 83 e 84, CDC).** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

MARQUES, Ricardo de Almeida; MELO, Marilene Barros de; SANTOS, Alessandra Patrícia de Souza. **Ações Judiciais no Âmbito do Sistema Único de Saúde do Brasil, Bases Legais e Implicações: um Estudo de Caso em um Tribunal da Região Sudeste.** São Paulo, Revista de Direito Sanitário, volume 12, nº 1, p. 41-66, março-junho 2011.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana.** 9ª edição. São Paulo: Palas Athena, 2011.

MEDICI, André. Breves considerações sobre a relação entre financiamento da saúde e direito sanitário no Brasil. *In*: SANTOS, Lenir (organizadora). **Direito da saúde no Brasil.** Campinas: Saberes Editora, 2010, p. 243-278.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Discrecionalidade e controle jurisdicional**. 2ª edição, 10ª tiragem. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

_____. **Eficácia das Normas Constitucionais e Direitos Sociais**. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

MENDES, Conrado Hübner. **Controle de constitucionalidade e democracia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

_____. **Direitos fundamentais, separação de poderes e deliberação**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MERHY, Emerson Elias. **A saúde pública como política: um estudo de formuladores de política**. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

MORAES, Ariane Cintra Lemos de. **A expectativa da norma programática**. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

MOREAU, Jacques; TRUCHET, Didier. **Droit de la Santé Publique**. Paris: Dalloz, 2000.

MORO, Sérgio Fernando. **Jurisdição constitucional como democracia**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

MULLER, Pierre. **Les Politiques Publiques**. 8ª edição, 3ª tiragem. Paris: Presses Universitaires de France, 2010.

NETO, Claudio Pereira de Souza. **A justiciabilidade dos direitos sociais: críticas e parâmetros**. In: NETO, Cláudio Pereira de Souza e SARMENTO, Daniel. **Direitos sociais: fundamentação, judicialização e direitos sociais em espécie**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 515-551.

NEVES, Marcelo. E se faltar o décimo segundo camelo? Do direito expropriador ao direito invadido. In: ARNAUD, André-Jean; LOPES JÚNIOR, Dalmir (organizadores). **Niklas Luhmann: do sistema social à sociologia jurídica**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004, p. 145-173.

_____. **Entre Hidra e Hércules: princípios e regras constitucionais**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

NEVES, Rômulo Figueira. **Acoplamento Estrutural, Fechamento Operacional e Processos Sobrecomunicativos na Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2005.

NOVAIS, Jorge Reis. **As restrições aos direitos fundamentais não expressamente autorizadas pela Constituição**. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

_____. **Direitos Fundamentais: Triunfos contra a maioria.** Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

NUNES, António José Avelãs. Os Tribunais e o direito à saúde. *In*: NUNES, António José Avelãs; SCAFF, Fernando Facury. **Os Tribunais e o Direito à Saúde.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011, p. 11-72.

OLSEN, Ana Carolina Lopes. **Direitos Fundamentais Sociais: Efetividade frente à reserva do possível.** Curitiba: Juruá Editora, 2008.

PAOLI, Maria Célia e TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais – conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. *In*: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelino; ESCOBAR, Arturo (orgs). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos,** Belo Horizonte: UFMG, 2000, ps. 103-148.

PIOVESAN, Flávia; CARVALHO, Patrícia Luciane de. **Políticas para a implementação do direito ao acesso a medicamentos no Brasil.** Revista dos Tribunais, vol. 879. São Paulo: jan./2009, p.9-40.

QUEIROZ, Cristina. **O princípio da não reversibilidade dos direitos fundamentais sociais: princípios dogmáticos e prática jurisprudencial.** Coimbra: Coimbra Editora, 2006.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. Manual de Investigação em Ciências Sociais. <http://pt.scribd.com/doc/37937019/Quivy-e-Camphenoudt-Manual-de-Investigação-em-Cienciais-Sociais>. Acesso em 11/04/2014.

RABAULT, Hugues. A contribuição epistemológica do pensamento de Niklas Luhmann: um crepúsculo para o Aufklärung? *In*: ARNAUD, André-Jean; LOPES JÚNIOR, Dalmir (organizadores). **Niklas Luhmann: do sistema social à sociologia jurídica.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004, p. 345-370.

RAMOS, Elival da Silva. **Ativismo judicial: parâmetros dogmáticos.** 1ª edição, 2ª tiragem. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

_____. **Controle de constitucionalidade no Brasil: perspectivas de evolução.** São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

RAMOS, Luciana de Oliveira. O uso dos precedentes pelo STF em casos de fornecimentos de medicamentos. *In*: COUTINHO, Diogo R.; VOJVODIC, Adriana M. **Jurisprudência Constitucional: como decide o STF?** São Paulo: Malheiros Editores, 2009, p. 351-365.

ROCHA, Júlio Cesar de Sá da. **Direito da saúde: direito sanitário na perspectiva dos interesses difusos e coletivos.** 2ª edição. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2011.

ROCHA, Leonel Severo. **Teoria do Direito e Transnacionalização**. Revista do Direito/Universidade de Santa Cruz do Sul, nº 9-10, janeiro/dezembro 1998, p. 7-14.

SABINO, Marco Antonio da Costa. Quando o Judiciário ultrapassa seus limites constitucionais e institucionais. O caso da saúde. *In*: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (coordenadores). **O controle judicial das políticas públicas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2011, p. 353-386.

SADEK, Maria Tereza. Judiciário e arena pública: um olhar a partir da ciência política. *In*: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (coordenadores). **O controle jurisdicional das políticas públicas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2011, p. 1-32.

SALLES, Carlos Alberto de. Processo Civil de Interesse Público. Políticas Públicas e Processo: a questão da legitimidade nas ações coletivas. *In*: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas Públicas: Reflexões sobre o Conceito Jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 177-191.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Introdução à sociologia da administração da justiça. *In*: FARIA, José Eduardo (organizador). **Direito e justiça: a função social do Judiciário**. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 39-65.

_____. **Para uma Revolução Democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João; FERREIRA, Pedro Lopes. **Os tribunais nas sociedades contemporâneas: o caso português**. 2ª edição. Porto: Edições Afrontamento, 1996.

SANTOS, Lenir. Direito à saúde e qualidade de vida: um mundo de corresponsabilidade e fazeres. *In*: SANTOS, Lenir (organizadora). **Direito da saúde no Brasil**. Campinas: Saberes Editora, 2010, p. 15-62.

_____. **Sistema Único de Saúde: os desafios da gestão interfederativa**. Campinas: Saberes Editores, 2013.

_____. SUS: contornos jurídicos da integralidade da atenção à saúde. *Boletim de Direito Administrativo*, vol. 8, NDJ. São Paulo: ago./2007, p. 921-927.

SANTOS, Ronaldo Lima dos. **Teoria das Normas Coletivas**. 2ª edição. São Paulo: Editora LTr, 2009.

_____. **Sindicatos e ações coletivas: acesso à justiça, jurisdição coletiva e tutela dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.** 2ª edição. São Paulo: Editora LTr, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** 10ª edição, 3ª tiragem. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

_____. **A titularidade simultaneamente individual e transindividual dos direitos sociais analisada à luz do exemplo do direito à proteção e promoção da saúde.** Porto Alegre: Direitos Fundamentais & Justiça, nº 10, janeiro/março 2010, p. 205/228.

_____. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.** 3ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang; FIGUEIREDO, Mariana Filchtiner. Reserva do possível, mínimo existencial e direito à saúde: algumas considerações. *In*: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti. **Direitos fundamentais: orçamento e reserva do possível.** 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013, p. 13-50.

SARMENTO, Daniel. **A proteção judicial dos direitos sociais: alguns parâmetros ético-jurídicos.** *In*: NETO, Cláudio Pereira de Souza e SARMENTO, Daniel. **Direitos sociais: fundamentação, judicialização e direitos sociais em espécie.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 553-586.

SAVARIS, José Antonio. **Uma teoria da decisão judicial da Previdência Social: contributo para superação da prática utilitarista.** Florianópolis: Editora Conceito Editorial, 2011.

SCAFF, Fernando Facury. Direito à saúde e os Tribunais. *In*: NUNES, António José Avelãs; SCAFF, Fernando Facury. **Os Tribunais e o Direito à Saúde.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011, p. 73-135.

_____. **Sentenças Aditivas, Direitos Sociais e Reserva do Possível.** *In*: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (organizadores). **Direitos fundamentais, orçamento e “reserva do possível”.** 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013, p. 133-153.

SCHWARTZ, Germano. **Direito à saúde: efetivação em uma perspectiva sistêmica.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

_____. **O Tratamento Jurídico do Risco no Direito à Saúde.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2004.

- SCHWARTZ, Germano A.; GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. **A tutela antecipada no direito à saúde: a aplicabilidade da teoria sistêmica (de acordo com a Lei 10.444/02)**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003.
- SCLIAR, Moacyr. **Do mágico ao social: a trajetória da saúde pública**. Porto Alegre: L & PM Editores, 1987.
- SGARBOSSA, Luís Fernando. **Crítica à teoria dos custos dos direitos: volume 1. Reserva do possível**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2010.
- SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 7ª edição, 2ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2007.
- _____. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 28ª edição. São Paulo, Malheiros, 2007.
- SILVA, Paulo Thadeu Gomes da. **Constituição, sistema jurídico e questões políticas**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Lumen Juris, 2011.
- _____. **Direito social como um problema de adjudicação**. Custos legis – Revista eletrônica do Ministério Público Federal, ano 1, nº 1, 2009, p. 1-19. Acesso em 18/04/2014.
- _____. **Direitos fundamentais: contribuição para uma teoria geral**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- _____. **Questões Políticas**. Tese de doutorado - Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.
- SILVA, Virgílio Afonso. **Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia**. São Paulo: Malheiros, 2009.
- _____. O Judiciário e as políticas públicas: entre transformação social e obstáculo à realização dos direitos sociais. *In*: NETO, Cláudio Pereira de Souza e SARMENTO, Daniel. **Direitos sociais: fundamentação, judicialização e direitos sociais em espécie**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 587-599.
- SINGER, Paul; CAMPOS, Oswaldo; OLIVEIRA, Elizabeth Machado de. **Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. *In*: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007, p. 65-86.
- TAYLOR, Matthew. **O judiciário e as políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: DADOS – Revista de Ciências Sociais, 2007, v. 50, n. 2.

TATE, C. Neal; VALLINDER, Torbjörn. **The Global Expansion of Judicial Power**. Nova York: New York University Press, 1995.

TEIXEIRA, José Elaires Marques. **A doutrina das questões políticas no Supremo Tribunal Federal**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2005.

TERRAZAS, Fernanda Vargas. **O Poder Judiciário como voz institucional dos pobres: o caso das demandas judiciais por medicamentos**. Rio de Janeiro: Revista de Direito Administrativo, volume 253, 2010, p. 79-115.

TEUBNER, Gunther. As múltiplas alienações do direito: sobre a mais-valia social do décimo segundo camelo. *In*: ARNAUD, André-Jean; LOPES JÚNIOR, Dalmir (organizadores). **Niklas Luhmann: do sistema social à sociologia jurídica**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004, p. 109-143.

TIMM, Luciano Benetti. Qual a maneira eficiente de prover direitos fundamentais: uma perspectiva de direito e economia? *In*: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (organizadores). **Direitos fundamentais, orçamento e “reserva do possível”**. 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013, p. 51-62.

TORRES, Ricardo Lobo. **O direito ao mínimo existencial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

_____. O mínimo existencial, os direitos sociais e os desafios de natureza orçamentária. *In*: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti. **Direitos fundamentais: orçamento e reserva do possível**. 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013, p. 63-78.

VALLE, Gustavo H. Moreira; CAMARGO, João Marcos Pires. **A audiência pública sobre a judicialização da saúde e seus reflexos na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal**. São Paulo: Revista de Direito Sanitário, volume 11, nº 3, novembro 2010/fevereiro 2011, p. 13-31.

TRETTEL, Daniela Batalha. **Planos de Saúde na visão do STJ e do STF**. São Paulo, Editora Verbatim, 2010.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Resende de; MELO, Manuel Palacios Cunha e BURGOS, Marcelo Baumann. **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.

VIEHWEG, Theodor. **Tópica e jurisprudência: uma contribuição à investigação dos fundamentos jurídico-científicos**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2008.

VIGLIAR, José Marcelo Menezes. **Tutela jurisdicional coletiva**. 4ª edição. São Paulo: Atals, 2013.

- VILANOVA, Lourival. **As estruturas lógicas e o sistema do direito positivo**. São Paulo: Editora Max Limonad, 1997.
- VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. **O direito na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann**. São Paulo: Max Limonad, 2006.
- _____. **Teoria dos sistemas e o direito brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- WALDRON, Jeremy. **A dignidade da legislação**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- Wambier, Luiz Rodrigues. **Liquidação da sentença civil individual e coletiva**. 5ª edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.
- WANG, Daniel Wei Liang. Escassez de recursos, custos dos direitos e reserva do possível na jurisprudência do STF. *In*: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti. **Direitos fundamentais: orçamento e reserva do possível**. 2ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013, p. 349-371.
- WATANABE, Kazuo. Controle jurisdicional das políticas públicas – “Mínimo existencial” e demais direitos fundamentais imediatamente judicializáveis. *In*: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (coordenadores). **O controle jurisdicional das políticas públicas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2011, p. 213-224.
- WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. **Pragmática da comunicação humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação**. São Paulo: Cultrix, 2007.
- WEICHERT, Marlon Alberto. O direito à saúde e o princípio da integralidade. *In*: SANTOS, Lenir (organizadora). **Direito da saúde no Brasil**. Campinas: Saberes Editora, 2010, p. 101-142.
- _____. **Saúde e Federação na Constituição Brasileira**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.
- ZAGREBELSKY, Gustavo. **Principios y votos**. El Tribunal Constitucional y la política. Madrid: Editorial Trotta, 2008.
- _____. **Il giudice delle leggi artefice del diritto**. Editoriale Scientifica, 2007.
- ZAGREBELSKY, Gustavo; MARTINI, Carlo Maria. **La exigencia de justicia**. Madrid: Editorial Trotta, 2003.
- ZANETTI JÚNIOR, Hermes. A teoria da separação de poderes e o Estado Democrático Constitucional: funções de governo e funções de garantia. *In*: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (coordenadores). **O controle jurisdicional das políticas públicas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2011, p. 33-72.